



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13795 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

DESIGUALDADES EDUCACIONAIS NO BRASIL: ESTADO DA ARTE DA PRODUÇÃO DA ANPED (2000-2022)

Carlos Augusto Sant'Anna Guimarães - Fundação Joaquim Nabuco - Fundaj

Aline Maria Souza da Silva - UFRPE - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

Agência e/ou Instituição Financiadora: Facepe

### DESIGUALDADES EDUCACIONAIS NO BRASIL: ESTADO DA ARTE DA PRODUÇÃO DA ANPED (2000-2022)

**Resumo:** A partir de meados da década de 1970, o sistema educacional brasileiro iniciou a sua expansão com aumento da oferta de matrículas, sobretudo no setor público, objetivando a universalização do ensino. Todavia, o sistema ainda é bastante desigual e estratificado. Na atualidade, existem índices e sistemas de avaliações responsáveis por coletar e disponibilizar informações sobre a qualidade da educação no país; mas, o que dizem as pesquisas sobre as desigualdades educacionais? Nesse contexto, este trabalho visa identificar, ordenar e realizar uma análise sistemática dos trabalhos acerca da temática desigualdades educacionais no Brasil, apresentados nos Encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), no período de 2000 a 2022. Para alcançar os objetivos propostos, realizou-se um levantamento no site da referida Associação em três Grupos de Trabalhos: Movimentos Sociais, sujeitos e processos educativos (GT03); Sociologia da Educação (GT14); e Educação e Relações Étnico-Raciais (GT21). A classificação seguiu critérios temporais, teórico-metodológicos e por assuntos. Os dados indicam uma diversidade de assuntos em torno do tema, com uma produção concentrada no GT 21. Após um aumento no número de trabalhos na segunda década do século XXI, observou-se sua diminuição nos anos mais recentes.

**Palavras-chave:** desigualdades educacionais; ANPED; pesquisa qualitativa; análise sistemática.

### INTRODUÇÃO

O debate público sobre as desigualdades educacionais foi impulsionado após a aprovação da *Civil Rights Act* (Lei de Direitos Civis), de 1964, nos Estados Unidos, em decorrência da luta por emancipação e igualdade da população negra daquele país. Havia uma compreensão de que a grande disparidade entre as escolas seria em razão da segregação racial

praticada no sistema escolar, que afetava a distribuição dos recursos públicos às escolas negras, impactando, por seu turno, a oferta de oportunidades iguais aos alunos (BROOKE; SOARES, 2008). Para lançar luzes sobre essa questão, foi realizado um *survey* cujo principal produto foi o *Relatório sobre a igualdade de oportunidades educacionais*, mais conhecido como *Relatório Coleman*, de 1966, por conta do coordenador do estudo, o sociólogo James Coleman.

Na contracorrente dos pressupostos que o motivaram, a primeira interpretação desse diagnóstico indicava que fatores extraescolares, como a origem socioeconômica dos alunos, seriam os fatores explicativos fundamentais das diferenças no rendimento escolar, e de que o diferencial entre as escolas era de natureza residual, não impactando no sucesso escolar. O efeito escola era reduzido. As diferenças nos desempenhos seriam explicadas pelo *background* familiar.

Uma nova leitura do relatório Coleman indicou problemas metodológicos de mensuração. Mesmo assim, observou-se uma correlação entre as variáveis raça e origem social, além de outras variáveis que explicariam as diferenças nos resultados escolares (ALVES, 2020). Nessa nova interpretação, o efeito escola não era o mesmo para todos os grupos sociais. A qualidade da escola afetava menos os grupos em posição de privilégio socioeconômico em comparação com os demais.

Essa nova interpretação do diagnóstico de Coleman coaduna-se com os achados de Bourdieu. Para o sociólogo francês, a escola é uma instituição injusta, atua na reprodução das desigualdades sociais. O sistema escolar “é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural” (BOURDIEU, 1998, p. 41).

No Brasil, as primeiras pesquisas sobre estratificação educacional foram produzidas com dados dos Censos Demográficos e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os quais proporcionaram os estudos de Silva e Souza (1986), Hasenbalg e Silva (1992, 1999), Silva e Hasenbalg (2000) e outros.

No Brasil, as pesquisas quantitativas no campo da educação expandiram-se após a implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e do Censo da Educação Básica. Estes são conduzidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira” (INEP), articulado com a publicização dos dados.

Atualmente, existem índices e sistemas que auxiliam na coleta e disponibilização de informações sobre a qualidade da educação, como o Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), o Saeb (Sistema de Nacional de Avaliação da Educação Básica) e os sistemas estaduais de avaliação, que monitoram as políticas de melhoria da educação.

Para além do levantamento de dados estatísticos, o debate sobre a qualidade e eficácia escolar também se preocupa com a promoção da equidade, devendo considerar os contextos socioeconômicos, de gênero e étnico-racial.

Dados estatísticos, índices e sistemas de avaliação são importantes na compreensão do fenômeno da desigualdade de desempenho escolar e infraestrutura das escolas; mas, o que as pesquisas apontam sobre as desigualdades educacionais no país? Qual o estado d'arte da pesquisa sobre desigualdades educacionais nos trabalhos apresentados nos Encontros da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação (ANPED)?

Assim, este trabalho visa levantar, identificar, sistematizar e fazer uma análise dos trabalhos sobre “desigualdades educacionais no Brasil”, apresentados em três Grupos de Trabalho (GTs) da ANPED, entre 2000-2022.

## **METODOLOGIA**

O presente trabalho é um esforço de revisão sistemática dos trabalhos apresentados na ANPED nas duas primeiras décadas do século XXI (2000–2022). A revisão sistemática da literatura tem por objetivo revisar e conhecer o estado do conhecimento de determinada área, temática ou assunto. Trata-se de uma modalidade de pesquisa que visa entender e trazer à tona, lógicas necessárias à compreensão da realidade social mediante a literatura. (GALVÃO; RICARTE, 2019). Ou seja, a revisão auxilia a responder à pergunta “o que dizem as pesquisas sobre as desigualdades educacionais no Brasil”? E “o que sabemos sobre as desigualdades educacionais no Brasil”?

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foi realizado levantamento sistemático, no *site* da ANPED, de trabalhos apresentados em três Grupos de Trabalho: Movimentos Sociais, sujeitos e processos educativos (GT03); Sociologia da Educação (GT14); e Educação e Relações Étnico-Raciais (GT21). O GT03 foi instituído em 1981, o GT14, por sua vez, em 1990, enquanto que o GT21 foi criado no ano de 2001. Os trabalhos relacionados às desigualdades educacionais no Brasil foram sistematizados em uma planilha, destacando: autor; título do trabalho; nome de Grupo de Trabalho; tipo de estudo e resumo.

Após a seleção dos 53 trabalhos de interesse, adotamos critérios classificatórios:

distribuição temporal; enquadramento metodológico; disposição nos GTs; distribuição temporal por GT; por assuntos; por tema ao longo do tempo; e as teorias explicativas do fenômeno.

### **Análise e discussão de resultados**

O primeiro esforço de classificação foi no sentido de identificar a distribuição temporal dessas pesquisas (Quadro 1). Deve-se mencionar que, nos primeiros quatro anos do século XXI, há registro de um único trabalho na temática em apreço. A partir de 2004, percebe-se um aumento no número de trabalhos sobre desigualdades educacionais. No período 2004–2007, foram listados 10 *papers* relativos ao tema. Porém, a série temporal 2012–2015 é a que apresenta a maior quantidade de trabalhos, 26. Analisando os contextos sociais e políticos do período, é possível supor que esse resultado seja o reflexo do processo de implantação da Lei de Cotas para o Ensino Superior (Brasil, 2012), intensificando-se o debate sobre desigualdades educacionais, desigualdades de oportunidades e outros assuntos correlatos.

Percebe-se também que, nos anos mais recentes, há uma diminuição acentuada no número de trabalhos. De 2016 a 2022, foram identificados apenas sete, o que, na média, corresponderia a um trabalho por ano (Quadro 1).

Quando o tema é enquadramento metodológico, impressiona a constatação de que todos os trabalhos seguem a orientação metodológica qualitativa (Quadro 2). Segundo Minayo (1994, p. 15), a orientação qualitativa aborda o “conjunto de expressões humanas constantes nas estruturas, nos processos, nos sujeitos, nos significados e nas representações”; trazendo riqueza e complexidade nas pesquisas que transbordam o dinamismo da vida individual e coletiva nas diversas realidades sociais. Considerando que os trabalhos apresentados na ANPED são, na sua maioria, provenientes dos programas de pós-graduação em Educação, tal predominância revela a opção da área, no Brasil, pela abordagem qualitativa nas pesquisas.

No que se refere à distribuição segundo os GTs, chama a atenção que um pouco mais da metade dos trabalhos se encontram no GT 21, embora o grupo tenha sido criado após os dois outros (GT03 e GT14). Tal fato denota a importância e relevância desse Grupo de Trabalho, não só pela crescente relevância temática, mas, sobretudo, por provocar debates e reflexões acerca das desigualdades socioeducacionais. É digno de nota que o primeiro trabalho sobre desigualdade foi apresentado no GT 21, conforme Quadro 3.

Quanto à distribuição temporal segundo os Grupos de Trabalho (Quadro 4), pode-se

verificar que nos primeiros anos do levantamento (2000–2003) não há registros de trabalhos nos GT03 e GT14. As primeiras análises apresentadas nesses grupos foram em meados da primeira década dos anos 2000. Por sua vez, nos anos de 2012–2015, houve um aumento significativo de estudos nesses dois GTs. Essa fase foi a de maior pujança do tema, na qual o GT21 foi o lócus de maior produção, para nos anos seguintes (2016–2022) experimentar uma drástica diminuição.

No que tange aos assuntos abordados, categorizamos os trabalhos em 13 temas quais sejam: racismo; políticas afirmativas, trajetória escolar, juventude, relações socioeconômicas, privação de liberdade, desigualdade digital e educação, cotidiano escolar, formação continuada, desigualdade socioespacial, desempenho escolar, acesso ao mercado de trabalho/ensino superior, gênero.

Deve-se ressaltar a concentração dos trabalhos em dois assuntos: políticas afirmativas e relações socioeconômicas, aparecendo logo em seguida os estudos sobre desempenho escolar. Os *papers* referentes às políticas afirmativas analisam a relação entre desigualdade e a Lei de Cotas, em sua maior parte em relação aos estudantes do Ensino Médio que almejam adentrar as Universidades. Por sua vez, os trabalhos ligados às relações socioeconômicas, realizam o estudo relacional da igualdade de oportunidades, classe e condição social e acesso à educação nos seus diferentes níveis e modalidades. Percebe-se também uma variação de autores, apenas dois autores apresentaram mais de um trabalho ao longo do período: GOMES (2007; 2008); e SENKEVICS (2015; 2021).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tomar como referência de consulta pesquisas apresentadas na ANPED, este trabalho pretendeu lançar luzes no tema das desigualdades educacionais no Brasil, nas últimas duas décadas, ao mapear a sua produção acerca do tema.

Uma das preocupações, ao levantar *papers* sobre “desigualdades educacionais no Brasil”, nos trabalhos da ANPED, foi evidenciar a disposição por GT dessa produção. De um total de 53 trabalhos; 13 deles encontram-se no GT03, 14, no GT14, e 27, no GT21, sendo este último o que aglutina o maior número de trabalhos, indicando sua importância e relevância.

É relevante destacar que a maioria dos trabalhos se concentra no ano de 2013. Uma das suposições está na emergência da Lei de Cotas (Brasil, 2012). Ademais, não houve um crescimento contínuo de trabalhos sobre a temática ao decorrer dos anos.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, M<sup>a</sup> T. G. Caracterização das desigualdades educacionais com dados públicos: desafios para conceituação e operacionalização empírica. **Lua Nova** [online]. 2020, n. 110 [Acessado 12 jan. 2022]. Disponível em: .
- BOURDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M<sup>a</sup>. A.; CATANI, A. (Org.). **Escritos de Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- BRASIL. **Lei nº 12.771, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm). Acesso em: 25 mar. 2018.
- BROOKE, N.; SOARES, J. (Org.). **Pesquisa em eficácia escolar**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.
- GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. *Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação*. **Logeion: Filosofia da Informação**, [S. l.], v. 6, n. 1, pp. 57–73, 2019.
- GOMES, M. R. L. Educação e discriminação escola: um olhar sobre a percepção de famílias negras no município de Cuiabá. In: **30º Reunião Anual da ANPEd**, Minas Gerais, 2007.
- \_\_\_\_\_. A percepção da discriminação racial pelas lentes de famílias negras e brancas em Cuiabá - MT. In: **31º Reunião Anual da ANPEd**, Minas Gerais, 2008.
- HASENBALG, C.; SILVA, N. V. Raça e oportunidades educacionais no Brasil. In: SILVA, N.V.; HASENBALG, C. (org.). **Relações raciais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Rio Fundo: IUPERJ, 1992.
- \_\_\_\_\_. Educação e diferenças raciais na mobilidade ocupacional no Brasil. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. V. e M. Lima (org.). **Cor e Estratificação Social**. Rio de Janeiro: Contracapa, 1999.
- MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- SENKEVICS, A. S. Lavar a louça ou brincar na rua? Gênero, família e escola em camadas populares de São Paulo. In: **37º Reunião Anual da ANPEd**, Santa Catarina, 2015.
- \_\_\_\_\_. Meritocracia para quem? Desigualdades socioeconômicas no acesso ao Ensino Superior público e privado. In: **40º Reunião Anual da ANPEd**, 2021.
- SILVA, N. V.; HASENBALG, C. Tendências de desigualdades educacionais no Brasil. **Dados**, v. 43, n. 3, 2000.
- SILVA, N. V.; SOUZA, A. Um modelo para análise da estratificação educacional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 58, 1986.

## Quadros

### Quadro 1 - Distribuição temporal

Períodos	Quantidade de trabalhos
2000 - 2003	1
2004 - 2007	10
2008 - 2011	9
2012 - 2015	26
2016 - 2022	7

Fonte: Elaboração própria

### Quadro 2 – Enquadramento metodológico

METODOLOGIA	QUANTIDADE DE TRABALHOS
Pesquisa Qualitativa	53
Pesquisa Quantitativa	0

Fonte: Elaboração própria

### Quadro 3 - Distribuição por grupo de trabalho

Grupo de trabalho	Quantidade de trabalhos
GT03	12
GT14	14
GT21	27

Fonte: Elaboração própria

### Quadro 4 - Distribuição temporal por grupo de trabalho

ANO	GT03	GT14	GT21
2000-2003	0	0	1
2004-2007	3	4	3
2008-2011	1	1	7
2012-2015	4	6	16
2016-2022	4	3	0

Fonte: Elaboração própria